



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

7º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

PETRÓPOLIS

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

- 2022 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) **Acerca do poder constituinte decorrente, pode-se afirmar corretamente que:**

- a) Deve observar os princípios constitucionais sensíveis, extensíveis e estabelecidos.
- b) É inicial, autônomo, incondicionado e ilimitado.
- c) Deve sempre observar o princípio da simetria.
- d) A doutrina unânime não admite a existência de poder constituinte decorrente municipal.
- e) Pode alterar as regras constitucionais referentes ao processo legislativo em âmbito estadual.

2) **A respeito da interpretação constitucional, analise as seguintes afirmativas:**

I – O método gramatical ou literal não se aplica à interpretação constitucional.

II – As características da Constituição que a afastam das demais leis são, dentre outras, sua superioridade hierárquica, a natureza principiológica de boa parte de suas normas e a alta carga moral de alguns de seus enunciados.

III – São princípios instrumentais de interpretação constitucional: a supremacia da Constituição; a presunção de constitucionalidade das leis e atos do Poder Público; a interpretação conforme a Constituição; a unidade da Constituição; a razoabilidade ou proporcionalidade; e a efetividade.

Estão corretas:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

3) **Um dos pilares do Estado Democrático de Direito é o princípio da separação de poderes, que na Constituição Federal está instituído em seu art. 2º. Acerca do tema, aponte a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:**

- a) Ato de constrição do patrimônio de estatal prestadora de serviço público essencial, em regime não concorrencial, afronta o princípio da separação dos poderes.
- b) Os atos administrativos que envolvem a aplicação de conceitos indeterminados não estão sujeitos ao exame e controle do Poder Judiciário.
- c) O descumprimento voluntário e intencional de decisão judicial transitada em julgado pelo Estado pode ensejar intervenção federal.
- d) Não cabe ao Poder Legislativo dos Estados a criação, estruturação e definição das atribuições dos órgãos e entidades integrantes da administração pública estadual, ainda que por meio de emenda constitucional, por se tratar de matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
- e) O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a administração pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes, inserto no art. 2º da CF.

4) **No ordenamento jurídico brasileiro, em regra, a decisão de inconstitucionalidade no controle concentrado e abstrato e no controle difuso e concreto produzem efeitos, respectivamente:**

- a) *ex nunc e inter partes / ex nunc e erga omnes*
- b) *ex tunc e inter partes / ex tunc e erga omnes*
- c) *ex nunc e erga omnes / ex tunc e erga omnes*
- d) *ex nunc e inter partes / ex nunc e inter partes*
- e) *ex tunc e erga omnes / ex tunc e inter partes*

5) **Com relação ao poder normativo exercido pelo Poder Executivo, é correto afirmar que:**

- a) Não existe na doutrina brasileira o conceito de “reserva de regulamento”.

- b) Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar podem ser suspensos pelo Poder Legislativo.
- c) O Chefe do Poder Executivo pode dispor, mediante decreto, sobre a organização da Administração Pública, inclusive extinguindo órgãos públicos.
- d) É possível a criação de cargos públicos por decreto.
- e) Decretos e Resoluções não podem ser em nenhuma hipótese objeto de controle concentrado e abstrato de constitucionalidade.

6) A Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro é um órgão de Advocacia Pública, função essencial à justiça, nos termos do art. 132 da Constituição Federal. Sobre a advocacia pública estadual, assinale a alternativa incorreta:

- a) É responsável pela representação judicial do Estado.
- b) Atua também preventivamente, ao exercer a atividade de consultoria jurídica.
- c) Os Procuradores do Estado possuem independência funcional.
- d) A Procuradoria Geral do Estado é um órgão do Poder Executivo Estadual.
- e) O Procurador-Geral do Estado, no Rio de Janeiro, integra o Secretariado Estadual.

7) A PGE/RJ lida diuturnamente com ações propostas por servidores públicos. Julgue as seguintes afirmativas, de acordo com o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

I – Não existe direito adquirido a regime jurídico.

II – As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção e chefia.

III – É possível ao servidor público obter judicialmente o direito à equiparação de vencimentos, caso comprove exercer a mesma atividade de outro servidor cujos vencimentos sejam maiores.

IV – É constitucional a criação de verba remuneratória pela via do decreto.

V – É possível aos servidores militares profissionais de saúde ocupar mais um cargo ou emprego privativo de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

- a) V – F – V – F – V
- b) F – F – V – V – V
- c) F – V – F – V – F
- d) V – V – F – V – F
- e) V – F – F – F – V

8) Aponte a alternativa incorreta a respeito do instituto da Súmula Vinculante:

- a) O procedimento para a sua aprovação pode se iniciar de ofício ou por provocação.
- b) Do ato contrário à súmula vinculante cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Para a sua aprovação, é necessário o voto de 2/3 dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- d) O Poder Legislativo está a ela vinculado em sua atividade legiferante.
- e) Um dos pressupostos do texto da Constituição para a sua aprovação é a existência de reiteradas decisões sobre matéria constitucional.

9) NÃO é hipótese constitucional de perda ou suspensão dos direitos políticos:

- a) A condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- b) O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- c) A incapacidade civil relativa.
- d) A recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII.
- e) A improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

10) São características do mandado de segurança:

- a) Para a sua impetração é necessário o recolhimento de custas e ao final são devidos honorários sucumbenciais.
- b) Depende de prova pré-constituída e não pode ser utilizado como ação de cobrança.
- c) Pode ser manejado contra lei ou ato normativo em tese e visa a proteger direito líquido e certo.
- d) Pode ter natureza coletiva e não pode ser impetrado preventivamente.
- e) N.D.A.

DIREITO CIVIL

11) Um dos marcos do Código Civil de 2002 foi a grande reforma do Direito Empresarial, com a adoção, segundo parcela dominante da doutrina, da Teoria da Empresa. Sobre o empresário e a sociedade empresária, assinale a alternativa correta:

- a) É obrigatória a inscrição de todos os empresários, inclusive o rural, no Registro Público de Empresas Mercantis de sua sede, antes do início de sua atividade.
- b) O empresário casado pode, desde que casado no regime de comunhão parcial de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real sem necessidade de outorga conjugal.
- c) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- d) As sociedades podem ser classificadas como empresárias ou simples, a depender do seu objeto. Assim, sociedades por ações que possuam finalidades altruísticas ou sociais não serão consideradas empresárias.
- e) A sociedade adquire personalidade jurídica com a assinatura, na forma da lei, dos seus atos constitutivos pelos seus fundadores.

12) Sobre a regulamentação das pessoas jurídicas feita pelo Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A pretensão de anular as decisões tomadas pelos administradores das pessoas jurídicas prescreve em 5 (cinco) anos.
- b) Embora tenham sua existência reconhecida em lei, as organizações religiosas e partidos políticos, por não possuírem caráter empresarial e finalidade lucrativa, não são consideradas pessoas jurídicas de direito privado.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a assinatura de seus atos constitutivos pelos seus fundadores.
- d) Em razão de sua autonomia constitucionalmente garantida, o Ministério Público e a Defensoria Pública possuem personalidade jurídica própria.
- e) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

13) Observe as assertivas a seguir a respeito da desconconsideração da personalidade jurídica tratada pelo Código Civil:

I – De acordo com a teoria adotada pelo Código Civil, o abuso da personalidade jurídica ocorre apenas com o desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial

II – O Código Civil adota a Teoria Menor da desconconsideração da personalidade jurídica

III – A mera existência de grupo econômico não autoriza a desconconsideração da personalidade jurídica sem a presença de desvio de finalidade ou confusão patrimonial

IV – Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica

V – A declaração de desconconsideração da personalidade jurídica torna os sócios e administradores solidariamente responsáveis por todas as obrigações da sociedade.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.

- c) I, III, IV e V.
- d) II, III e V.
- e) II, IV e V.

14) Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) Desde que preenchidos os requisitos previstos em lei, os bens públicos móveis podem estar sujeitos a usucapião.
- c) Diante de seu caráter indisponível, a jurisprudência não admite a possibilidade de disputa possessória entre particulares sobre bens públicos.
- d) Ante a sua importância, a lei veda peremptoriamente a alienação de bens públicos dominicais.
- e) O uso comum dos bens públicos será sempre gratuito, exceto quando disposto de forma diversa em lei federal.

15) No que concerne à interpretação dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- b) A validade da declaração de vontade em regra dependerá de forma especial.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que a intenção nela consubstanciada.
- d) As regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos são aquelas previstas em lei, sendo defeso às partes pactuarem sobre tais regras.
- e) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.

16) No que tange aos elementos acidentais dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) São elementos acidentais apenas a condição e o termo.
- b) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- c) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é defeso praticar os atos destinados a conservá-lo
- d) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- e) O termo inicial suspende a aquisição do direito.

17) João, interessado em comprar um relógio de alto padrão, foi convencido pelo vendedor a comprar um relógio que dizia ser de ouro puro, sendo que, tempos depois, João descobre que o mesmo era falso e apenas folheado a ouro. André comprou relógio na mesma loja sabendo que o mesmo era apenas folheado a ouro, mas tempos depois se frustra ao descobrir que o mesmo não funciona adequadamente diante de vício oculto. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Ambos os casos são exemplos de defeito de negócio jurídico denominado lesão, que ocasiona a anulabilidade do negócio jurídico.
- b) Ambos os casos são exemplos de defeitos de negócio jurídico denominado dolo, que ocasiona a nulidade absoluta do negócio jurídico.
- c) O caso de João se trata de defeito do negócio jurídico denominado dolo, o que ocasiona a anulabilidade do negócio jurídico. Já o caso de André se trata de vício redibitório, que gera direito à indenização ou resolução do negócio jurídico, a depender das circunstâncias do caso concreto.
- d) O caso de João retrata hipótese de vício redibitório, que ocasiona a anulabilidade do negócio jurídico. Já o caso de André retrata hipótese de evicção, que ocasiona a nulidade absoluta do negócio jurídico.
- e) André não terá qualquer pretensão em face do vendedor, já que sabia que o relógio que comprou era apenas folheado a ouro.

18) Sobre o tratamento da prescrição e decadência no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Tanto a prescrição quanto a decadência são formas diferentes de perda da pretensão.
- b) A prescrição lida com a perda da pretensão, enquanto a decadência diz respeito à perda do próprio direito.
- c) As partes podem livremente pactuar sobre os prazos de prescrição e decadência.
- d) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- e) A exceção prescreve na metade do prazo previsto para a prescrição

19) Sobre o regramento dos contratos no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A liberdade contratual é a regra, sendo lícito, por exemplo, contrato que tenha por objeto a herança de pessoa viva.
- b) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
- c) A lei reconhece o contrato preliminar, desde que tenha todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma.
- d) A cláusula resolutiva expressa no contrato exige interpelação judicial para que tenha validade.
- e) A resolução do contrato por onerosidade excessiva é direito potestativo da parte lesada, não podendo a outra parte oferecer a modificação equitativa das condições do contrato para evitar a resolução.

20) No que concerne às sociedades limitadas, assinale a alternativa correta:

- a) Como o próprio vocábulo sugere, a sociedade limitada é necessariamente formada por mais de um sócio.
- b) A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- c) A sociedade limitada deve necessariamente ter administração por pessoa que integre o quadro de sócios.
- d) O sócio que possua mais de 2/3 (dois terços) do capital social não poderá ser excluído da sociedade pelos demais sócios.
- e) O uso da firma ou denominação social é livre a todos os sócios e administradores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Representa hipótese de competência relativa:

- a) a competência originária do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato do Procurador Geral do Estado.
- b) a competência fixada por cláusula contratual de eleição de foro.
- c) a competência dos juizados fazendários para causas com valor de até 60 (sessenta) salários-mínimos.
- d) a competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar causas e conflitos entre a União e Estado da Federação.
- e) a competência do foro de situação do imóvel para discussão sobre direito de propriedade.

22) Sobre o princípio do acesso à justiça, assinale a resposta correta:

- a) a garantia de inafastabilidade da jurisdição não impede a submissão de controvérsia à arbitragem, observados os requisitos previstos em lei, mas a decisão do juízo arbitral fica necessariamente condicionada à homologação e à supervisão judicial, sob pena de violação ao acesso à justiça.
- b) a solução consensual dos conflitos deve ser estimulada, mas o juiz de direito deve obrigatoriamente atuar nas causas como mediador ou conciliador, para que não haja ofensa ao acesso à justiça.
- c) diante da garantia de inafastabilidade de jurisdição, o interessado que preenche os requisitos para aposentadoria pode, validamente, ingressar diretamente em juízo para postular o benefício, sendo desnecessário prévio requerimento perante o órgão administrativo competente.
- d) a garantia do acesso à justiça impõe a gratuidade em todos os atos jurisdicionais e em favor de todos os jurisdicionados, vedando peremptoriamente a cobrança de taxa ou de custas.
- e) a amplitude da garantia do acesso à justiça não impede a penalização do autor que atue de má-fé.

23) Sobre os elementos da ação, assinale a alternativa correta:

- a) é opcional o desenvolvimento da causa de pedir na petição inicial, bastando o pedido para provocar validamente a jurisdição.
- b) são admissíveis no processo civil os pedidos subsidiários ou alternativos.
- c) o autor pode alterar o pedido ou a causa de pedir a qualquer tempo, sem necessidade de aquiescência da parte contrária.
- d) a realização de pedido determinado é sempre uma opção do autor em sua petição inicial.
- e) não é possível o juiz condenar o réu ao pagamento de juros, caso o autor não formule pedido expresso nesse sentido na petição inicial.

24) Caio intentou, em face de Tício, ação indenizatória por danos morais e materiais. Prolatada sentença pelo juízo competente, o pedido foi julgado parcialmente procedente, concedendo a reparação apenas dos prejuízos materiais. Apenas Tício recorreu, postulando a reforma da decisão, para que houvesse integral improcedência da pretensão autoral. Nesse cenário, a Câmara Cível do Tribunal, ao julgar ao caso:

- a) não pode promover rejuízo da questão relativa aos danos morais, eis que a questão se encontra preclusa e submetida aos efeitos da coisa julgada material.
- b) pode reformar a sentença contra Tício para conceder também os danos morais em favor de Caio, considerando a amplitude do efeito devolutivo da apelação.
- c) pode reformar a sentença contra Tício para conceder também os danos morais em favor de Caio, uma vez que se trata de questão de ordem pública.
- d) caso rejeite o recurso, não pode majorar os honorários devidos por Tício, considerando o princípio da vedação ao *reformatio in pejus*.
- e) pode reformar a sentença contra Tício para conceder também os danos morais em favor de Caio, desde que Caio se manifeste formulando tal pedido a qualquer tempo até o início do julgamento colegiado.

25) Sobre o regime das nulidades no processo civil, marque a alternativa correta:

- a) não ouvido o Ministério Público em feito que deveria intervir, a nulidade há de ser declarada, com a invalidade de todos os atos praticados a partir do momento em que a promotoria de justiça deveria ter sido intimada, sendo irrelevante a existência ou não de prejuízo.
- b) os atos decisórios praticados pelo juízo incompetente não podem ser convalidados pelo magistrado com atribuição para a causa.
- c) para a validade de comunicação processual ao Estado, necessário que se faça, à Procuradoria Geral do Estado, intimação pessoal por carga, remessa ou meio eletrônico.
- d) a citação é necessariamente pessoal, sendo nula qualquer hipótese de citação ficta, ainda que nos casos de ocultação do réu ou de sua não localização.
- e) considerando a importância da forma para o Direito Processual, não é possível a correção ou a relevação de nulidades no curso do processo.

26) Em razão de suposta prescrição, o juízo da dívida ativa extinguiu execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro. Reputando equivocada a sentença, o Estado interpôs apelação, no 18º dia útil após sua regular intimação. Sobre a situação narrada, pode-se afirmar:

- a) o recurso é tempestivo, considerando a prerrogativa de prazo em dobro da Fazenda, e deve ser regularmente processado e julgado.
- b) o recurso é intempestivo, dado que o CPC estabelece prazo único e universal de 15 dias para todos os recursos, e não deve ser conhecido.
- c) o recurso é intempestivo, considerado o prazo específico de 15 dias para apelação, aplicável a todos os litigantes, sem distinção, de modo que não deve ser admitido.
- d) o recurso é intempestivo, contudo, considerando-se a indisponibilidade do interesse público, deve ser conhecido porque o prazo para apelação do Estado é impróprio.
- e) o recurso é tempestivo, todavia, para ser conhecido, imprescindível que o Estado realize o pagamento do preparo recursal.

27) Quanto às condições da ação e suas aplicações, analise e marque a alternativa correta:

- a) falecido o impetrante, mesmo em grau recursal, fica extinto o mandado de segurança sem julgamento do mérito, não havendo legitimidade para sua sucessão processual.
- b) nos casos em que a lei faculta a via extrajudicial, como na usucapião, não há interesse de agir para ingressar em juízo.
- c) se não arguida a ilegitimidade ou a falta de interesse na contestação, considera-se a matéria preclusa, não podendo mais ser debatida no curso do processo.
- d) havendo interesse de agir no momento da propositura da ação, não pode haver sua perda por fato superveniente.
- e) a representação processual autoriza que o representante pleiteie direito alheio em nome próprio.

28) Sobre as modalidades de intervenção de terceiros, é incorreto afirmar que:

- a) o regime de assistência previsto no CPC pressupõe a demonstração, pelo assistente, de interesse jurídico para intervir na controvérsia, não bastando a existência de mero interesse afetivo, econômico ou social.
- b) cabe a denúncia da lide em face daquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- c) ajuizada a ação em face de apenas um de diversos devedores solidários, o réu pode se valer do chamamento ao processo para que os demais devedores venham a integrar a relação processual.
- d) o incidente de desconsideração da personalidade jurídica deve ser suscitado até o fim da fase de conhecimento, sob pena de preclusão.
- e) o ingresso de *amicus curiae* não implica alteração de competência do juízo.

29) Sobre os recursos no processo civil, analise as seguintes proposições, marcando a alternativa correta:

- a) como regra, o recurso não impede a eficácia da decisão, sendo que apenas a lei pode lhe conferir efeito suspensivo, vedada concessão por decisão judicial.
- b) a parte que faz o pagamento do valor da condenação, sem qualquer reserva ou ressalva, não pode validamente interpor recurso contra a decisão condenatória, havendo fato impeditivo do direito de recorrer.
- c) a renúncia ou a desistência de recorrer dependem, necessariamente, da concordância da parte recorrida.
- d) admite-se a interposição de qualquer recurso na modalidade adesiva.
- e) o recurso é um ato de vontade da parte, todavia, uma vez exercido, deve-se impugnar a decisão recorrida no todo, vedado o recurso parcial.

30) Acerca do princípio do contraditório e suas aplicações, assinale a opção correta:

- a) constatada a prescrição, o Juiz pode, de imediato, extinguir o processo, sem necessidade de intimação para a oitiva das partes, vez que se trata de questão que pode ser conhecida de ofício.
- b) recebido o recurso, o Desembargador Relator pode, monocraticamente, à sua discricionariedade, dar provimento a Agravo de Instrumento, sem abertura de prazo de contrarrazões ao Agravado.
- c) mesmo nos casos de tutela provisória de urgência ou de evidência, o magistrado não pode deferir medida em favor de uma das partes sem a prévia oitiva da outra, já que tal prática representaria uma insustentável violação ao contraditório.
- d) a garantia do contraditório se exaure na possibilidade de as partes apresentarem suas razões em juízo, sendo totalmente irrelevante para fins de validade do processo e da decisão judicial que elas sejam, ou não, apreciadas pelo magistrado.
- e) ainda que se trate de questão que possa ser conhecida de ofício, o juiz deve dar às partes a oportunidade de se manifestar antes de decidir sobre a matéria.

